

Esforço na Câmara

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O governo decidiu fazer um esforço para aprovar, antes do recesso parlamentar de julho, quatro projetos de seu interesse que aguardam votação na Câmara dos Deputados. As propostas tratam das novas regras de financiamento da Seguridade Social (projeto de lei complementar 9/95), do parcelamento das dívidas das empresas com a Previdência (projeto de lei 548/95), da alteração do processo de escolha dos reitores das universidades federais (projeto de lei 426/95) e da cobrança judicial das dívidas com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (projeto de lei 591/95).

“O governo quer limpar a pauta, votando os projetos que enviou à Câmara neste semestre para que o Senado possa apreciá-los em agosto”, disse o líder do governo na Câmara, deputado Luiz Carlos Santos (PMDB-SP). A intenção do Palácio do Planalto é colocar esses projetos na pauta depois da segunda votação da proposta de emenda constitucional do petróleo, prevista para terça-feira, e antes do início do

recesso de julho. Para que isso ocorra, os líderes governistas não excluem a hipótese de convocação extraordinária, para que o Congresso vote a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Senado aprove as emendas da reforma que já passaram pela Câmara.

Pelo menos dois desses projetos são polêmicos: o que parcela os débitos das empresas com a Previdência e o que muda o financiamento da Seguridade Social. O projeto do parcelamento das dívidas com a Previdência prevê que as empresas inadimplentes tenham 96 meses para quitar seus débitos com uma redução de 50% das multas por falta de pagamento.

O outro projeto visa aumentar os recursos da Seguridade Social. Prevê a cobrança de uma contribuição social das empresas equivalente a 20% do total das remunerações pagas aos trabalhadores que não têm vínculo empregatício, mas recebem como prestadores de serviços. No caso das instituições financeiras, de seguros e de previdência privada, o projeto prevê uma contribuição adicional de 2,5%.